

Novos prefeitos terão mais verbas

Mas a reforma tributária só deverá beneficiar os municípios em 1990

FOTOS: ARQUIVO

CLAUDIA MOEMA
Da Editoria de Política

A reforma tributária, tão sonhada pelos atuais prefeitos, chegar com a promulgação da nova Carta Magna, se os constituintes não promoverem nenhuma modificação durante o segundo turno de votações. Os recursos provenientes da descentralização da receita orçamentária, da União e estados para os municípios, no entanto, somente irão beneficiar a próxima safra de prefeitos.

Ainda que a Constituição esteja concluída em agosto próximo, os milhares de prefeitos, integrantes da Frente Municipalista — entidade que há anos vem lutando por ampla reforma tributária no País — não poderá contar com a entrada de dinheiro no caixa pois estão no final do exercício de suas administrações. É possível que nem mesmo os prefeitos eleitos este ano consigam usufruir dos novos aumentos nos tributos destinados às prefeituras.

O primeiro fator é o total endividamento das atuais administrações, como lembra o candidato à prefeitura da maior cidade da América do Sul, São Paulo, deputado Arnaldo Faria de Sá (PMB). Ele entende que, apesar da reforma tributária, os prefeitos eleitos em 1988 não serão os grandes beneficiários porque terão de cobrir os rombos de caixa e pagar as dívidas interna e externa. Poderão, no máximo, equilibrar suas contas.

O deputado — que pretende governar uma cidade sobre a qual desconhece totalmente a dívida existente — "pois esse prefeito (Jânio Quadros) não permite o menor acesso aos balancetes" — acredita que a reforma poderá melhorar a situação das prefeituras na medida em que a maior parte da parcela dos tributos federais recolhidos em cada cidade, ficará na própria cidade, podendo ser aplicada na cobertura das dívidas "e agora não vai ter mais a desculpa de falta de dinheiro". Arnaldo Faria de Sá acredita que a medida só beneficiará os prefeitos eleitos a partir de 1992.

Outro aspecto que pode comprometer não apenas os futuros prefeitos, como a própria reforma tributária é a votação em segundo turno e a elaboração de leis ordinárias regulamentando a matéria. O primeiro passo a ser dado, afirma a candidata ao município de Petrópolis (RJ), deputada Ana Maria Rattes (PSDB), é garantir a manutenção da reforma como já foi aprovada. Uma reforma que prevê, por exemplo, que 25 por cento da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) pertencem aos municípios. Ou ainda, que do produto de arrecadação dos impostos sobre renda e proventos sobre produtos industrializados, a União irá destinar 22,5 por cento ao Fundo de Participação dos Municípios.

A deputada lembra que o Governo, através de seu líder Carlos Sant'Anna certamente, irá apresentar emenda supressiva podendo colocar em risco toda a reforma. Com a medida, grande parte da receita or-

çamentária da União passa para os estados e municípios e o Governo Federal, provavelmente, não irá assistir a isto passivamente. O segundo passo, defendeu a deputada, é uma mobilização que precisa ser feita pelos prefeitos eleitos este ano, no sentido de pressionar a Câmara dos Deputados a aprovar, no primeiro semestre de 89, a lei ordinária regulamentando toda a questão tributária no País.

Ana Maria lembra que o orçamento de uma prefeitura é sempre votado no ano anterior de sua vigência. Portanto, é preciso a legislação ordinária (sem falar no novo código tributário do País) estar concluída até final do primeiro semestre do próximo ano, para que, no semestre seguinte, as Câmaras de Vereadores aprovelem recursos para o exercício de 1990, às prefeituras, tomando-se por base a nova realidade tributária. Se regulamentada a legislação ordinária, nesse prazo, as melhores previsões, portanto, indicam que o próximo prefeito só irá se beneficiar no segundo ano de seu mandato.

TRIPLIÇÃO

O candidato a prefeitura de Ribeirão Preto (SP) — uma das dez maiores cidades do País — deputado João Cunha (PDT) discorda inteiramente de seu colega Arnaldo Faria de Sá e lembra que cada município tem uma capacidade legal de endividamento, não podendo ser ultrapassada. Além disso, afirmou, todo endividamento é feito sob a perspectiva das atuais receitas. Os recursos, a partir da reforma tributária, poderão, na sua avaliação, triplicar as receitas das prefeituras.

No seu caso, Ribeirão Preto conta, atualmente, com um orçamento de Cz\$ 9 bilhões, para administração direta. Confiante na triplicação, João Cunha acredita que irá governar uma cidade com um orçamento de Cz\$ 27 bilhões "o que dá outro universo, outra grandeza". Os compromissos assumidos atualmente, e considerados rombos, na sua opinião, poderão ser

JULIO ALCANTARA



Cunha: Verbas triplicadas

resgatados mais facilmente.

João Cunha, no entanto, não pretende assumir de graça qualquer rombo e sua primeira iniciativa à frente da prefeitura será a de submeter todos os compromissos pendentes a auditoria. "Só irei convalidar aqueles em que houver interesse na sua aplicação senão eu mando para a Justiça e lá que se entendam", afirmou.

Com uma renda per capita de US\$ 6 mil 800, sede de uma região administrativa que contribui com 12 por cento do PIB, maior produtora de álcool, grãos e leite do País e uma das maiores em produção de calçados, Ribeirão Preto pode ter como futuro prefeito alguém que pretende aplicar parte significativa dos recursos provenientes da reforma tributária em segurança pública, educação e saúde. João Cunha lembra ainda que se de um lado a reforma tributária propicia maior volume de recursos às prefeituras, estas por sua vez, terão mais atribuições. A Constituinte consagrou — o que o Governo vinha gradativamente implantando — a descentralização dos serviços de saúde e educação.

A autonomia que passam a ter os municípios com a reforma tributária é o principal aspecto destacado por outro candidato, o deputado Heráclito Fortes (PMDB), postulante à prefeitura de Teresina (PI). Ele também acha que os endividamentos das atuais administrações serão suportáveis "especialmente no meu caso, pois Teresina tem a tradição de bons administradores", disse. Saneamento e transporte coletivo serão os principais setores beneficiados com a reforma tributária, em Teresina, segundo informou o deputado.

MEDIDA POLITICA

Além do aspecto econômico outra contribuição dada pela reforma tributária é o seu caráter político. Lembra o deputado Aldo Arantes (PC do B), candidato à prefeitura de Goiânia, que a ditadura centralizou os poderes políticos nas mãos do Governo Federal e a partir da reforma do então ministro Roberto Campos, a questão tributária, na continuidade do processo, também ficou centralizada na União.

Gerou, na sua opinião, uma crise sem precedentes aos municípios e, em consequência, a chamada prática do pires na mão, com a vinda de prefeitos a Brasília em busca de recursos. O resultado, afirmou, foi a concessão de favores e criação de escândalos como o recente caso da Seplan (verbas que o Ministério destinou a alguns municípios, irregularmente).

Aldo Arantes acredita que a reforma tributária não irá resolver plenamente os problemas dos municípios que estão condicionados a situação geral do País. "Os prefeitos, apesar da reforma, irão se deparar com a questão do desemprego, das taxas de juros o que torna indispensável uma solução de caráter global", defendeu o deputado.



Rattes teme mudança na reforma



Faria de Sá: Recursos só em 94